



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Desafios contemporâneos para a Teologia Negra no Brasil*

Contemporary challenges to Black Theology in Brazil

Ezequiel de Souza**

Doutorando em Teologia (EST)
com o apoio do CNPq – Brasil

Resumo

A teologia negra surgiu no século XX, resgatando a experiência das comunidades negras com a divindade. Seguindo o preceito de Paulo Freire de que era preciso dizer a própria palavra, teólogos negros assumiram a necessidade de falar a partir de sua etnia, a partir da denúncia das estruturas racistas da igreja e da sociedade e do anúncio da experiência negra como critério para o fazer teológico. A vitalidade das comunidades negras encontrou um espaço fecundo na reflexão teológica negra, lugar de encontro do conhecimento comunitário com o acadêmico. Para se compreender a teologia negra no Brasil, faz-se necessário resgatar o quadro social que serve de pano de fundo para a formulação dessa reflexão. Conhecer a história e as desventuras do povo negro é imperioso para identificar continuidades e discontinuidades de políticas de caráter racista que têm sido desenvolvidas no Brasil.

Palavras-chave

Teologia Negra. Desafios contemporâneos. Etnicidade e religião.

Abstract

The black theology emerged in the 20th century, recovering the experience of black communities with divinity. Following the precept of Paulo Freire that was “to say the word”, black theologians assumed the need to speak from their ethnicity, from the denunciation of the racist structures of the church and society and the announcement of the black experience as a criterion for doing theology. The vitality of black communities found a fruitful space in black theological reflection, a meeting place between community knowledge and academic knowledge. In order to understand black theology in Brazil, it is necessary to rescue the social framework that

* Agradeço à contribuição do Dr. Pedro Acosta Leyva na elaboração da presente reflexão. A presente reflexão é fruto do diálogo com pesquisadores sul-africanos na University of Stellenbosch e na University of South África, em 2012, e na University of Kwazulu-Natal, em 2013. Agradeço aos colegas Tumelo Letsoha, Reggie Nel e Xolile Simon pela leitura crítica e pelas contribuições.

** Teólogo e Cientista Social, doutorando em Teologia. Realiza seus estudos de doutorado com o auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, professor de Sociologia no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, Campus Rio Grande. E-mail: ezequiel.souza@riogrande.ifrs.edu.br

serves as background for the formulation of this reflection. Knowing the history and the adventures of black people is imperative to identify continuities and discontinuities of racist policies that have been developed in Brazil.

Keywords

Black Theology. Contemporary challenges. Ethnicity and religion.

Considerações Iniciais

A escravidão negra constitui uma dessas políticas, durando mais de três séculos e meio: 1531-1888. Desde meados do século XV, Portugal explorava o tráfico de escravos para a Europa e, com a conquista do território brasileiro, houve uma intensificação dessa prática. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, chegaram às terras tupiniquins aproximadamente quatro milhões de africanos até 1850, ano em que foi oficialmente proibido o tráfico de escravos.

Ao ser reduzido a uma peça da engrenagem colonial, os negros escravizados ficavam à mercê de seus senhores, que se valiam de castigos e humilhações para quebrar a resistência ao trabalho forçado. Dizia-se à época que os negros precisavam de três “pés”: pão, pano e pau. O objetivo do uso da violência era a desmoralização do negro, a fim de que ele se pusesse em “seu lugar”. Os castigos eram um espetáculo público acompanhado por muitas pessoas.¹

Diante dessa situação, o povo negro desenvolveu estratégias de resistência, como fugas individuais e coletivas e agressões contra os senhores.² Uma vez longe do alcance do poder dos senhores, muitos se organizaram em quilombos. Unidades produtoras quase autônomas, os quilombos nutriam a esperança de libertação dos negros escravos.³ A resistência negra, embora importante, não conseguiu eliminar o sistema escravista brasileiro. Somente no final do século XIX, em 1888, a escravidão foi abolida no Brasil. Isso se deveu ao intenso trabalho organizativo dos vários setores da sociedade brasileira,⁴ além das agitações dos próprios escravos negros e das pressões externas que vários países faziam às políticas do Brasil.

¹ PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 1988. p. 49-50.

² FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial SP, 2002. p. 25.

³ FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.

⁴ Joaquim Nabuco, um dos grandes abolicionistas do Brasil na última década da escravidão (1879-1888), argumenta que a sociedade brasileira foi sacudida pelo movimento abolicionista. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 200.

O pós-abolição e a vida dos ex-escravos negros no Brasil

O fim da escravidão não produziu o acesso à cidadania para o povo negro, mas sim o jogou à marginalidade.⁵ De acordo com Dora Bertullio, o estado brasileiro institucionalizou o racismo através do sistema jurídico, caracterizando “o indivíduo negro pela inferioridade e desumanidade em comparação com o branco”.⁶ Cristalizou-se com o passar do tempo uma cultura de privilégios da qual permaneceu segregada por décadas a maior parte da população afro-brasileira, e isso por meio de dispositivos ideológicos os mais diversos, desde a criação de um sistema jurídico fundamentado na cultura europeia até a introjeção sistemática cotidiana de que a cultura de origem africana era inferior dada sua nítida ligação com a natureza. Tornava esse processo mais doloroso ainda a cultura religiosa cristã que via nos elementos religiosos africanos o estigma de uma cultura satanizada. Fato que permanece atualmente em alguns círculos religiosos.

Importa dizer que a população negra nas Américas, fundamentalmente nas regiões em que se tornou abundante o desenvolvimento não somente pelo tráfico, mas ainda pela predominância dos nascimentos sobre os óbitos, tornou-se preponderante. Isso ocasionou o crescimento porcentual majoritário de negros em relação à população total de alguns países, como Brasil, Cuba e Haiti. Estima-se que no Brasil, com base nas estatísticas oficiais de 1817-1818, a população chegava perto dos 3 milhões e 817 mil habitantes, sendo que destes um número aproximado de 585 mil perfazia um contingente de mulatos e negros livres, e uma população de 1 milhão e 930 mil de escravos. Dessa forma, no início do século XIX, a população negra no Brasil era predominante. Cabe ainda notar que o número da população negra também sempre foi considerável em outros países da América, sendo a maior parte que os demais grupos étnicos. Uma coisa é certa, nas Américas, os escravos negros fizeram parte praticamente de todos os países, constituindo uma parte fundamental de suas culturas.⁷

Os antecedentes históricos são os germens culturais de uma percepção de teor racista que prevalece ainda hoje, porém, com matizes organizativos bem próprios ao tempo. No século XIX, as condições sociais e históricas modelaram circunstâncias específicas que resistem ao tempo, pois fincadas nos interesses mesmos das elites que se reproduzem ao longo da história por meio da política e da economia. Sabe-se que o Brasil foi o maior importador de pessoas negras escravas da África para o continente americano.

⁵ SILVA, Osvaldo J. Negritude: uma questão de consciência. In: SOUSA JÚNIOR, Vilson C. (Org.). *Nossas raízes africanas*. São Paulo: Atabaque, 2004. p. 31.

⁶ BERTULLIO, Dora L. L. Ação afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade: o Sistema Jurídico Nacional. In: PACHECO, Jairo Q.; SILVA, Maria N. (Orgs.). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília: MEC/Fundação Palmares, 2007. p. 63.

⁷ Houve países nos quais, embora a escravidão negra fosse encontrada em algumas regiões, o número de pessoas negras escravizadas nunca se estabeleceu de forma relevante como é o caso do Canadá, da Argentina e do Uruguai.

No período de 350 anos de escravidão negra, mulheres, homens e crianças foram trazidos da costa africana para os territórios brasileiros. Estima-se que dos 10 milhões de africanos escravizados importados da África, 40% tenha desembarcado no Brasil.⁸

A situação dos ex-escravos, dos libertos e dos descendentes de negros foi dificultada pelas legislações e pela prática abundante na sociedade de impedir as pessoas negras de terem acesso aos lugares importantes e decisivos da sociedade. Bem conhecido é o caso do *Poeta Negro*, João da Cruz e Sousa, reconhecido como um dos maiores poetas do simbolismo brasileiro, que não pôde assumir cargos de importância, como, por exemplo, a promotoria pública de Laguna, Santa Catarina, em 1883, ou as várias recusas das editoras em publicar seus versos.⁹ A situação da população negra sofreu dos ditames das teorias científicas norte-atlânticas o condicionamento à inferioridade, lastreada por uma política chamada de “branqueamento”, que buscava dar ao país uma cor diferente daquela considerada próxima do mal, ou seja, a cor negra. A cultura oficial fomentou o chamado branqueamento tanto da etnia quanto da consciência, realizando assim o exercício ideológico de aproximação fenotípica dos descendentes de africanos que não mais sendo negros passavam agora a se aproximar do molde europeu, somente os negros com traços bem definidos eram considerados negros de fato. Fenômeno que persiste na cultura do país.

Os movimentos negros vêm lutando para que sejam considerados na nomenclatura “negro” os indivíduos nos quais os traços negróides (africanos), reconhecidos como pardos, mulatos e morenos, seja predominante. Dora Bertullio argumenta que essa é uma estratégia dos grupos e movimentos negros que buscam ressignificar o arranjo institucional favorável à ideologia racista que predomina no inconsciente coletivo, isto é, dar nova significação ao processo que busca branquear os afro-descendentes dando uma significação positiva ao fato de ser negro.¹⁰

Dora Bertullio argumenta que o marco na formação das relações raciais no Brasil dos novecentos foi estabelecido por meio da Lei do Ventre Livre, de 1871, com efeitos à posteridade. A Lei do Ventre Livre ficou conhecida também como “Lei Rio Branco”. Promulgada em 28 de setembro de 1871 e assinada pela Princesa Isabel, a lei versava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos desde a promulgação da lei. Os senhores de escravos deveriam cuidar da criança até os 8 anos de idade. Após esse período, os senhores que tivessem alguma criança nascida nestas condições poderiam escolher entre receber uma indenização do estado brasileiro ou ficar com a criança até seus 21 anos de idade. Às crianças nascidas livres, a lei estabelecia duas possibilidades: elas poderiam ficar

⁸ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁹ CRUZ E SOUSA: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Aguinaldo José Gonçalves. São Paulo: Abril, 1982.

¹⁰ BERTULLIO, 2007, p. 54. Trata-se de uma luta política do movimento negro para superar o mito da democracia racial brasileira.

sob os cuidados dos senhores até os 21 anos de idade ou poderiam ser entregues ao governo. O mais comum se deu em relação ao primeiro caso e beneficiaria os senhores que poderiam usar a mão de obra destes “nascidos livres” até seus 21 anos de idade. Essa lei tinha por objetivo principal possibilitar, de maneira conservadora, a transição, lenta e gradual, do sistema de escravidão para o de mão de obra livre. Esse processo indicava às novas condições de trabalho livre que se erigiam na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, além de marcar a construção de um esquema à importação de mão de obra livre proveniente da Europa.

Na esteira dessas novas condições, a própria libertação dos escravos negros no Brasil não foi seguida de legislações que fossem concordes aos novos tempos e aos novos grupos sociais que aportavam à sociedade civil, reconhecidos de direito. Às novas condições sociais, seguem-se aparatos jurídicos específicos que tolhem a presença dos ex-escravos, limitam a articulação dos libertos e condicionam, de maneira geral, todos aqueles que não são negros com características bem definidas a se inculturar nas políticas discursivas de branqueamento. Exemplo clássico é o caso de Machado de Assis, o maior escritor do realismo brasileiro, que teve em sua certidão de óbito a identificação de ser “branco” enquanto era reconhecidamente mulato.

Com a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, surge em 1889 a República, um golpe de estado de setores militares na monarquia devido ao processo abolicionista, seguindo-se então um período de 40 anos em que quase nada foi feito em favor do grande contingente de afro-brasileiros existente no país. Essas condições permitiram a segregação social desta população, tendo nas legitimações cientificistas que oficializavam o racismo dando aos afro-brasileiros a pecha de serem uma raça degenerada, devendo a sociedade deixá-los ao destino uma vez que a própria natureza cuidaria de extingui-los. Seguindo essas tendências racistas, as políticas públicas foram direcionadas para o bom andamento da sociedade branca, com investimentos aos grupos europeus e asiáticos para serem mão de obra livre no país.

O Estado Novo e a construção da identidade brasileira

Com a abolição da escravidão, os ex-escravos foram deixados à própria sorte. Os afro-brasileiros passaram a ser vítimas de preconceitos vários que a sociedade escravocrata criara durante os 350 anos de escravidão. Muitos deixavam as fazendas onde viviam para permanecer na perambulância e outros muitos continuavam a trabalhar nas fazendas como mão de obra barata. Muitos começaram a ir para centros urbanos, sobrevivendo em condições muito precárias. O processo de emancipação da pessoa negra na sociedade brasileira ainda está acontecendo, pois a igualdade de oportunidades é um mecanismo ainda em construção desde as lutas abolicionistas das últimas décadas do século XX.

Florestan Fernandes argumenta que a abolição não impediu a espoliação dos ex-escravos pelos fazendeiros, produtores de café. Não foi dada a eles qualquer garantia de assistência social para que se estabelecessem na nova situação que se lhes abria. Essa condição os deixava ainda marginalizados.¹¹ A abolição foi apenas uma etapa no processo de emancipação do negro no Brasil.¹² Joaquim Nabuco escreveu que o mais difícil seria não especificamente abolir a escravidão, mas a obra que esta construíra por séculos na sociedade brasileira.¹³ Muitos dos ex-escravos, nessa situação, acabavam ficando nas fazendas dos senhores, porém, a partir de novas circunstâncias.

Muitos ex-escravos, porém, permaneceram nas localidades em que haviam nascido. Estima-se que mais de 60 por cento deles viviam nas fazendas cafeeiras e canavieiras do Centro-Sul do Brasil. Mas decidir ficar não significou concordar em se submeter às mesmas condições de trabalho do regime anterior. Muitas vezes, os ex-escravos tentaram negociar as condições para sua permanência nas fazendas. Estudo recente mostra que, no Sudeste, grupos de libertos recorreram aos párocos locais e mesmo a agentes policiais para apresentar suas condições de permanência aos antigos senhores. No entanto, negociar com os libertos parece ter sido uma situação para a qual seus ex-senhores se mostraram indispostos.¹⁴

A preocupação com o grande contingente de ex-escravos nas ruas era um dos temas em pauta no período pós-abolição. Muitos acreditavam que a abolição poderia dar aos ex-escravos a noção de maiores direitos e que eles pudessem questionar os privilégios dos senhores ricos. “Eles temiam que os negros interpretassem o fim da escravidão como oportunidade para contestar as desigualdades sociais e para promover vinganças”.¹⁵ Existia um medo geral da população branca, fundamentalmente de parcelas enriquecidas na tradição escravagista, e este medo era amenizado com políticas públicas contrárias à presença dos ex-escravos nas cidades. Eram proibidas as associações de capoeiras, a imigração negra era proibida, as miscigenações entre pessoas negras e índias, bem como a mistura de brancos com negros, não eram recomendadas. Esperava-se que com isso a nação se branqueasse em 50 ou 60 anos.

O período de governo da assim chamada Primeira República (1889-1930) foi uma época de racismo oficializado por meio das teorias racistas trazidas do hemisfério norte. Havia a expectativa de um branqueamento da população. O Brasil era agora concebido como uma nação que buscava se elevar ao nível das repúblicas baseadas no trabalho livre. No entanto, o que se presenciou foi a continuidade dos privilégios dos enriquecidos e das elites brancas que insistiam na segregação social.

¹¹ FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

¹² COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.

¹³ NABUCO, 2012.

¹⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 198.

¹⁵ ALBUQUERQUE, 2006, p. 206.

O ideal de embranquecimento continuou a fazer parte explícita dos projetos do governo brasileiro até a década de 1930. Com isso foi se estabelecendo no Brasil a idéia de raça como critério fundamental e perverso de classificação social, fazendo das características físicas e culturais das pessoas justificativas para a desigualdade. Cor da pele, formato do nariz, textura de cabelo, assim como comportamentos, formas de vestir, de comer, festejar eram tidos, naquela época, como marcas de origem racial e, conseqüentemente, de nível cultural e civilizatório. As pretensas diferenças raciais fundamentaram um projeto político conservador e excludente, para o qual não faltaram opositores.¹⁶

A república apareceu aos pobres do Brasil como um algoz que para se estabelecer definitivamente necessitava se impor a ferro e fogo. Desse jeito, todas as manifestações das classes empobrecidas em termos de organização continuaram a ser perseguidas: os quilombos, perseguidos desde suas origens; as associações de capoeira; as moradas dos pobres tidas por geradoras de doenças; as associações de agricultores de viés religioso, como Canudos que foi varrida do mapa pelo exército; além dos limites impostos aos marinheiros que eram tomados, em grande parte, de libertos, brancos pobres e ex-escravos.

A chamada Primeira República sucumbiu com suas teorias racistas e um novo governo foi construído a partir da década de 1930. As agitações sociais eram tantas que a primeira experiência republicana se mostrava uma continuidade monárquica sem a instituição da escravidão. Muitos obstáculos foram impeditivos. Agora, o novo governo iria reconhecer que o Brasil necessitava de uma identidade coletiva, e esta identidade não seria branca. O governo de Getúlio Vargas seguindo as tendências da época assumiu o discurso da morenidade, tendo a tradição africana como uma das bases fundamentais de uma suposta identidade brasileira.

Nesse contexto, o samba, o candomblé, o carnaval e a capoeira foram sendo assumidos aos poucos como símbolos nacionais. Porém, os novos tempos eram mais no discurso do que na prática. Por isso, já desde a década de 1920 os grupos segregados procuravam se articular nas novas condições históricas. De parte da população afro-brasileira, associações de atividades de lazer e de cultura eram fomentadas entre a população na tentativa de tornar a sua presença mais socializada. Surgem assim algumas organizações de caráter mais politizado como o Centro Cívico Palmares, em 1926, e a Frente Negra Brasileira, em 1931, tematizando questões como trabalho e dignidade. Estas organizações tematizavam a unidade dos afro-brasileiros em torno de temas como a comunidade negra, com um passado comum, com uma história comum e com heróis comuns como Zumbi dos Palmares e Henrique Dias, no intuito de fazer frente às teorias racistas.

¹⁶ ALBUQUERQUE, 2006, p. 208.

A Frente Negra Brasileira foi registrada como o primeiro partido político negro do Brasil.¹⁷ A Frente Negra Brasileira foi a primeira instituição a exigir do governo políticas públicas para a população negra no Brasil.¹⁸ Com o Estado Novo, um golpe de Estado levado a cabo pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, a Frente Negra foi fechada juntamente com todos os partidos. A luta dos afro-brasileiros ligados à Frente Negra Brasileira se estendeu aos objetivos de criar na população negra do país a consciência que o negro é tão brasileiro e cidadão quanto o elemento branco. A contribuição dessa organização ajudou a sociedade brasileira a pensar a situação do negro. Foi assim que em 1958 teve lugar o Primeiro Congresso Nacional do Negro, em Porto Alegre, visando considerar as ideias negras de inserção político-sociais realizadas até aquele período.

Durante o período entre 1931, ano de surgimento da Frente Negra Brasileira, e 1958, organização do Primeiro Congresso Nacional do Negro, muitas outras organizações negras vieram à luz, as associações de novo tipo, isto é, marcadas pela inserção definitiva à brasilidade, que remanejavam antigas ideias em novas roupagens históricas e que buscavam realizar ações no intuito de reunir pessoas a favor da causa negra a partir de uma nova postura, diferente das resistências anteriormente mantidas pelos grupos afro-brasileiros. Elas surgem dentro de novo momento histórico, político, econômico e social que contribui para a formação de um campo possível para o desenvolvimento dos movimentos sociais de ordem negra.¹⁹

Na década de 1960 surgem na cena social do país os chamados movimentos sociais, dentre estes, conforme Luiz Gonçalves, “os movimentos negros são os mais velhos ‘novos atores sociais’ que se podem registrar na história brasileira”.²⁰ O movimento negro, e em grande medida o feminista são os mais antigos no país a reivindicar o direito à diferença e à identidade. Eles aparecem na esteira dos movimentos operários. No mesmo espaço/tempo em que era consolidado no país a estrutura social de classes, de acordo com a ordem social de competição, promovendo as primeiras formas associativas de luta

¹⁷ BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira: Gestando um projeto político para o Brasil. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Arquivo FPA: artigos e boletins. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/frente-negra-brasileira-gestando-um-projeto-politico-para-o-brasil>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

¹⁸ DOMINGUES, Petrônio. O Messias negro? Alindo Veiga dos Santos (1902-1978). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006. p. 531.

¹⁹ GOMES, Arilson dos Santos. Idéias Negras em movimento: da Frente Negra ao Congresso Nacional do Negro. 3º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/arilson%20dos%20santos%20gomes.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

²⁰ GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. Os movimentos negros no Brasil: construindo atores sociopolíticos. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998. *Revista Brasileira de Educação*, n. 9, set./dez. 1998. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde09/rbde09_05_luiz_alberto_de_oliveira_goncalves.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.

específicas aos trabalhadores dos centros urbanos, estes movimentos entram em cena com reivindicações não simplesmente de viés econômico, mas de caráter identitário.²¹

A luta dos movimentos sociais colocará o Brasil na ordem internacional, pois a ditadura civil-militar era acompanhada de perto pelos organismos humanitários internacionais. A luta contra o estado de exceção se tornou também a luta dos movimentos sociais por reconhecimentos identitários e classistas. Estes movimentos serão coroados com o fim da ditadura e com a publicação da Constituição Brasileira em 1988 que resguardava muitos dos eixos reivindicatórios, além de promover políticas públicas de promoção por meio de leis específicas. Em 1978 veio à luz o Movimento Negro Unificado. Esse Movimento contestava que houvesse no país uma democracia racial, como se acostumara a dizer desde a década de 1940.²²

Novas conjunturas e as políticas públicas de inclusão: quadro social da Teologia Negra

A partir de 2002, a situação da população negra no Brasil começou a sofrer mudanças nos termos sociais de sua condição. Novas políticas públicas passaram a fazer parte da agenda governamental. Houve espaços para a atuação do Movimento Negro e de seus setores. Isso inclui a aprovação de reivindicações antigas do movimento negro: maior acesso ao ensino superior; reconhecimento da contribuição africana à cultura brasileira; criação de um ministério específico no governo; combate ao racismo vivenciado cotidianamente pelos afro-brasileiros por meio de legislação mais rigorosa; abertura à participação de afro-brasileiros em esferas de decisão política como o Ministério da Cultura e do Esporte.

No entanto, mais de cem anos após a abolição, os afro-brasileiros continuam em desvantagem no que diz respeito ao acesso a determinadas políticas públicas. A população negra está em desvantagem na construção de sua autoestima porque há menos possibilidades de construção de sua identidade. Como resultado histórico da política de branqueamento se instalou na consciência média a dificuldade de se reconhecer como negro. Foram criadas gradações fenotípicas que buscam deixar os afro-brasileiros mais próximos dos brancos e menos próximos dos negros. As consequências do branqueamento podem ser consideradas a partir dos seguintes elementos: baixa autoestima; negativa em relação à identidade étnica; aceitação e introjeção da identidade atribuída por meio das

²¹ Uma nota a respeito da música afro-brasileira se faz necessária por sua importância na articulação da identidade da população negra do país. Na década de 1960, um grupo baiano surge fazendo um tipo de música com elementos característicos da Umbanda, Os Tingo, que usava palavras e frases de dialetos africanos, como o Yorubá e o bantu, entre outros. Eles são responsáveis pelo surgimento da música afro-pop-baiana que daria nomes como Gilberto Gil e Caetano Veloso à cena musical brasileira. Os Tingo reintroduziu o sotaque africano na música baiana e elevou a musicalidade dos Terreiros de Umbanda à cena da música nacional.

²² ALBUQUERQUE, 2006, p. 290.

ideias do grupo branco; aceitação de inferioridade e culpa pela não cidadania plena, consubstanciada pelas restrições sociais de viés econômico e étnico.²³

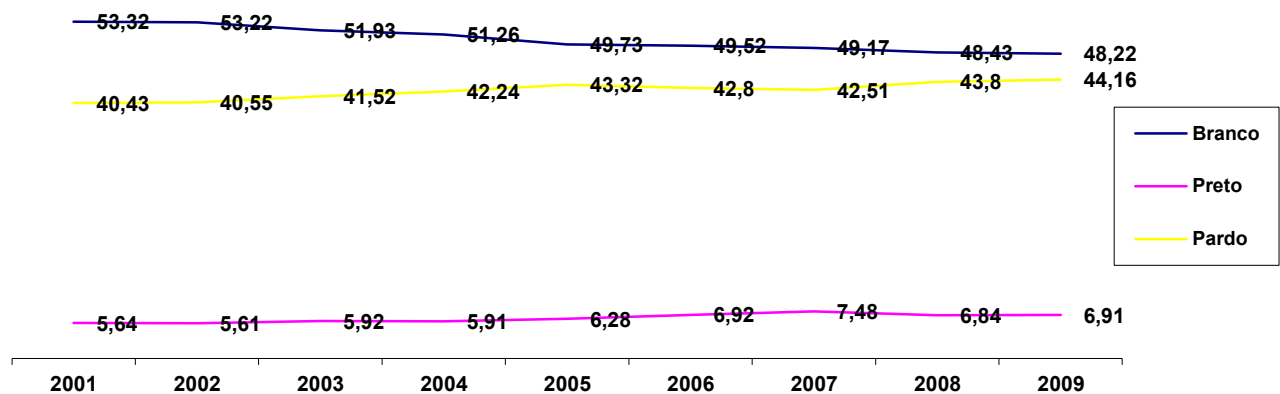
É dentro deste quadro social que a Teologia Negra precisa se situar. Existem desafios a serem encarados desde o ponto de vista social e teológico. Os desafios sociais são mostrados a cada dia e aceitos por grande parte da sociedade, enquanto outros setores ainda insistem na negatividade de que exista uma estrutura que privilegie as pessoas brancas. A Teologia Negra no Brasil é herdeira de um grande número de experiências religiosas vividas sob a égide da segregação social e racial. Ela tem como incumbência a tematização da situação dos afro-brasileiros, isto é, teologizar desde a realidade da população negra.²⁴ Isso quer dizer que alguns desafios são necessários à teologia feita a partir da contextualidade específica dos afro-descendentes:

- A) Tornar a memória das lutas bíblicas tendo por horizonte a própria luta do povo negro no Brasil. Cumpre notar que ser negro cristão, na América Latina, é experimentar a História da Salvação, muito peculiarmente, na continuidade da própria salvação social dos antepassados africanos. Tal vinculação a esta história articula o encontro com a dor da humanidade, pois a indignação e a rebeldia exprimem a atitude deste povo sofredor. A possibilidade de uma leitura da realidade através da narrativa bíblica aparece no lamento do povo de Israel: “por que, Senhor!” ou mesmo nas palavras de Jesus, em sua hora derradeira, como servo oprimido: “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste”.
- B) Na construção positiva da identidade de ser negro. A origem dos afro-brasileiros está perdida na história. Sabe-se que para o Brasil foram trazidos africanos tornados escravos das regiões de guiné, da costa e da mina, localizações que se referem à região de embarque dos africanos. Vários grupos étnicos são identificados como a base da população africana presente no Brasil, como nagô, jeje, mina, angola e hauçás. Identifica-se pelo dialeto as várias nações presentes no tráfico negreiro. A identidade afro-brasileira tem nas tradições de origem africana muitos matizes que formam um quadro pluricultural. No Brasil, as tradições foram mantidas na cultura e na religião. Muitos optaram pelas tradições dos colonizadores, tanto de maneira sincrética e estrategicamente ligada à sobrevivência quanto de maneira consciente, porém, estas últimas opções não impedem que os afro-brasileiros se identifiquem com a luta do povo negro. O reconhecimento de uma autopercepção como negro tem tido apoio em políticas públicas afirmativas. O gráfico a seguir mostra que tem havido crescimento na autodeclaração a partir das políticas do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2003.

²³ SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (Org.). *Nossas raízes africanas*. São Paulo: Atabaque, 2004.

²⁴ CONE, James. *O Deus dos Oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 27.

População Brasileira de acordo com etnia/raça (2001-2009)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2009

- C) Na espiritualidade também é preciso enfocar elementos provenientes da mística dos povos africanos. As tradições africanas não parecem se preocupar em sistematizar a experiência religiosa, nelas não são encontradas a preocupação com a sistematização do pensamento com o intuito de torná-lo paradigma de análise e estudo de sua religiosidade. A espiritualidade afro-brasileira aprendeu a se desenvolver entre a legalidade e a ilegalidade, entre o terreiro e a igreja, entre a sistematicidade e a experiência cotidiana. A espiritualidade afro-brasileira tem buscado retirar da intuição, das experiências cotidianas, o corpo como fonte de sua expressão.

A identidade do negro é vital para uma tomada de consciência que o motive a lutar para libertar-se do atraso, da miséria e marginalização a que foi relegado historicamente. Ao tomar consciência dessa injustiça, impõe-se ao negro uma luta definida na busca de sua identidade.²⁵

Os desafios à Teologia Negra não se esgotam no quadro social, ele serve de estrutura heurística a novas e possíveis articulações. O quadro social vem mudando com as novas políticas públicas. Mais espaços de articulação estão sendo gerados e mais afro-brasileiros experimentam a mobilidade social. As políticas afirmativas são fundamentais para o estabelecimento de novos padrões sociais. A adoção de políticas públicas para corrigir as desigualdades sociais, construídas historicamente, busca permitir às camadas empobrecidas de afro-brasileiros mobilizar não simplesmente certos aspectos das

²⁵ NEVES, Amélia Tavares C. (Org.). *Identidade Negra e Religião*: consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina. São Bernardo do Campo: CEDI, 1985. p. 15.

dificuldades sociais, mas também a própria autopercepção que se tem das condições que formam as bases identitárias.

Considerações Finais

A Teologia Negra retira de seu contexto histórico e social as pautas de sua articulação. Apresentamos uma breve história da situação social da condição dos afro-brasileiros que são considerados relevantes da sua trajetória na sociedade brasileira. Os africanos que desembarcaram nos portos brasileiros trouxeram suas crenças, seus jeitos de resistir e lutar, suas formas de diversão, seus hábitos e modos de entender a vida e a morte, além de técnicas de produção agrícola e de trabalho com metais. A bagagem cultural dos africanos de diferentes regiões foi recriada na experiência do cativeiro.

Com o fim da escravidão, os ex-escravos precisaram enfrentar novos desafios e se estabelecer na nova situação que, adversa e segregacionista, procurava e ainda resiste a incluir o negro de maneira definitiva como cidadão de pleno direito. Essas experiências perfazem o pano de fundo da construção da experiência dos afro-brasileiros no Brasil. O chão de onde a Teologia Negra retira suas fontes ao que *fazer* teológico é a experiência histórica de um povo, e dela retira as pautas no enfrentamento dos desafios atuais à *inteligência da fé*.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira: Gestando um projeto político para o Brasil. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Arquivo FPA: artigos e boletins. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/frente-negra-brasileira-gestando-um-projeto-politico-para-o-brasil>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

BERTULLIO, Dora L. L. Ação afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade: o Sistema Jurídico Nacional. In: PACHECO, Jairo Q.; SILVA, Maria N. (Orgs.). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília: MEC/Fundação Palmares, 2007.

CONE, James. *O Deus dos Oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.

CRUZ E SOUSA: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por Aguinaldo José Gonçalves. São Paulo: Abril, 1982.

DOMINGUES, Petrônio. O Messias negro? Alindo Veiga dos Santos (1902-1978). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006.

- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial SP, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.
- GOMES, Arilson dos Santos. Idéias Negras em movimento: da Frente Negra ao Congresso Nacional do Negro. 3º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/arilson%20dos%20santos%20gomes.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2013.
- GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. Os movimentos negros no Brasil: construindo atores sociopolíticos. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998. *Revista Brasileira de Educação*, n. 9, set./dez. 1998. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde09/rbde09_05_luiz_alberto_de_oliveira_goncalves.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2013.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- NEVES, Amélia Tavares C. (Org.). *Identidade Negra e Religião: consulta sobre Cultura Negra e Teologia na América Latina*. São Bernardo do Campo: CEDI, 1985.
- PEREGALLI, Enrique. *Escravidão no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.
- SILVA, Osvaldo J. Negritude: uma questão de consciência. In: SOUSA JÚNIOR, Vilson C. (Org.). *Nossas raízes africanas*. São Paulo: Atabaque, 2004.
- SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (Org.). *Nossas raízes africanas*. São Paulo: Atabaque, 2004.

[Recebido em: abril de 2014]

[Aceito em: setembro de 2014]